A Experiência de Estágio no Crepop: Contribuições para a Formação Ética Em Psicologia

Julia Santos Rocha¹

Lucas Alexandrino de Oliveira²

Caio Vinícius Infante de Melo²

¹ Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. São Paulo, SP, Brasil. Correspondência para: ROCHA J. S. E-mail: jusantosr340@gmail.com

² Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. São Paulo, SP, Brasil.

Resumo

Este relato de experiência apresenta reflexões de experiências de um estágio supervisionado no Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), destacando suas contribuições para a formação profissional crítica em Psicologia. O contexto da prática está inserido na ampliação do papel da Psicologia nas políticas públicas brasileiras, especialmente após a Constituição Federal de 1988. O objetivo é compartilhar os aprendizados resultantes da imersão na rotina institucional do Crepop, articulando teoria, prática e ética profissional. Adotou-se uma metodologia qualitativa, de natureza descritivo-reflexiva, baseada na sistematização crítica de registros do estágio, incluindo atividades, reuniões, supervisões e reflexões desenvolvidas ao longo do processo formativo. A experiência foi considerada uma fonte legítima de produção de conhecimento. Essa abordagem permitiu conexões entre a prática vivida, referenciais teóricos e normativos, resultando em análises que vão além da descrição factual e examinam criticamente a atuação profissional em seus aspectos ético-políticos e institucionais. Os resultados indicam que o estágio envolveu as(os) estudantes na elaboração de Referências Técnicas, participação em Consultas Públicas, revisão de Notas Orientativas e acompanhamento de reuniões das Comissões Especiais. Tais experiências aprofundaram a compreensão das dimensões éticas e políticas da prática psicológica, contribuindo para a construção de uma identidade profissional comprometida com os direitos humanos e a realidade social brasileira. Conclui-se que o estágio no Crepop configura-se como um espaço privilegiado de formação profissional ampliada, reforçando o compromisso ético-político da Psicologia e favorecendo o desenvolvimento de práticas alinhadas à garantia de direitos nos diversos contextos das políticas públicas.

Palavras-chave: Psicologia, Políticas Públicas, Conselho Profissional, Estágio, Formação Profissional.

The Internship Experience at Crepop: Contributions to Ethical Training in Psychology

Abstract

This experience report presents reflections from a supervised internship at the Center for Technical References in Psychology and Public Policies (Crepop) of the São Paulo Regional Council of Psychology (CRP SP), highlighting its contributions to critical professional education in Psychology. The context of this practice lies in the expanding role of Psychology in Brazilian public policies, particularly after the 1988 Federal Constitution. The aim is to share learning outcomes emerging from immersion in Crepop's institutional routine, linking theory, practice, and professional ethics. A qualitative, descriptive-reflective methodology was used, based on the critical systematization of internship records, including activities, meetings, supervision, and reflections developed throughout the training process. Experience was considered a legitimate source of knowledge production. This approach enabled connections between lived practice, theoretical frameworks, and regulatory principles, resulting in analysis that move beyond factual reporting to critically examine professional action in ethical-political and institutional terms. The findings show that the internship involved students in the development of Technical References, participation in Public Consultations, review of Orientation Notes, and attendance at Special Commission meetings. Such experiences fostered a deeper understanding of the ethical and political dimensions of psychological practice, contributing to the construction of a professional identity committed to human rights and the Brazilian social reality. It is concluded that the Crepop internship offers a privileged space for comprehensive professional development, reinforcing Psychology's ethical-political commitment and supporting the advancement of practices aligned with the guarantee of rights across diverse public policy contexts.

Keywords: Psychology, Public Policies, Professional Council, Internship, Professional Training.

Introdução

A relação entre a Psicologia e as políticas públicas no Brasil ganhou novos contornos a partir do processo de redemocratização e, especialmente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consolidou o Estado Democrático de Direito e estabeleceu a garantia de direitos sociais como dever do Estado e da sociedade. Esses direitos foram resultado de uma intensa luta política dos movimentos sociais, que, a partir de tensionamentos históricos, exigiam não apenas a instauração de políticas públicas, mas também sua ampla cobertura e o diálogo com as dinâmicas territoriais, históricas, culturais e econômicas.

Esse marco político e jurídico abriu caminho para a ampliação da presença de psicólogas(os) em diversas políticas públicas convocando a profissão a repensar suas práticas norteadas pelos princípios da universalidade, da equidade, da participação social, da dignidade e da produção de autonomia da pessoa humana. Nesse contexto, o exercício profissional passa a ser atravessado por uma dimensão ético-política indissociável da atuação técnica, exigindo o compromisso com os direitos humanos, com os territórios e com os sujeitos historicamente marginalizados. O aprofundamento do conhecimento acerca da atuação da Psicologia nas Políticas Públicas, principalmente nos serviços implementados, tornou-se cada vez mais necessário. E nesse contexto, produções da Psicologia Social Comunitária (Lane, 1996) embasaram as atuações e reflexões sobre o papel da Psicologia quando inserida nas políticas públicas, o que nos anos 90 se desdobraria no projeto de um Compromisso Social da atuação da Psicologia (Bock et al., 2022).

Sendo assim, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselhos Regionais de Psicologia criaram o Banco Social de Serviços em Psicologia com o objetivo de reforçar a presença social desse campo de conhecimento por meio da ampliação de seu espaço nas políticas públicas, oferecendo serviços aos órgãos públicos em projetos sociais construídos em parceria (CFP, 2005a; CFP, 2004). A partir desta experiência, foi sugerida a criação do Centro

de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), com o objetivo de identificar as práticas da Psicologia nas políticas públicas e convocar as(os) profissionais para que estes participem ativamente na construção de referências sobre a atuação profissional nos serviços e equipamentos desses espaços, nas quais a Psicologia se insere. sendo deliberada durante o V Congresso Nacional da Psicologia (CFP, 2004).

A Resolução CFP nº 14/2022 (CFP, 2022) instituiu e regulamentou o Crepop como setor permanente do CFP, com caráter operacional, estratégico e investigativo. A partir dessa normativa, foi formalizada a Rede Nacional Crepop, composta pela coordenação nacional, sediada no CFP, e pelas unidades regionais vinculadas aos Conselhos Regionais de Psicologia. A Rede deve atuar de forma articulada, com metodologia própria, fundamentada nos princípios da construção democrática, da participação coletiva e do diálogo com a categoria, visando à produção de referências técnicas que qualifiquem o exercício profissional nas políticas públicas. No âmbito do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), conforme previsto em seu Regimento Interno (CFP, 2023), o Crepop integra o conjunto de órgãos consultivos permanentes da instituição, ao lado da Comissão de Ética (COE), de Orientação e Fiscalização (COF) e de Direitos Humanos (CDH).

No CRP SP, a equipe do Crepop integra a Coordenadoria de Apoio Técnico às Plenárias e Comissões, participando ativamente das reuniões deliberativas das outras comissões permanentes e especiais que compõem o CRP SP, assessorando o trabalho destas. Atualmente, além do Plenário e das Comissões Permanentes, o Crepop fornece apoio técnico para a CRER (Comissão Especial de Relações Étnico-Raciais, vinculada à CDH), CPAP (Comissão Especial Psicologia Clínica e Avaliação Psicológica, vinculada também à CDH), Subcomissão de PICS, Maconha e Psicodélicos (vinculada à COF) e à Subcomissão de questões relacionadas ao Transtorno do Espectro do Autismo (também vinculada à COF).

Além de atuar no assessoramento às comissões, a equipe do Crepop do CRP SP participa ativamente do processo de construção das Referências Técnicas, seguindo a metodologia própria da Rede Nacional Crepop (CFP, 2022) que é dividida em três etapas: a primeira consiste no levantamento de dados sobre a temática abordada, incluindo marcos legais, entidades envolvidas e programas relacionados; a segunda envolve a preparação das equipes regionais para o trabalho de campo e a coleta de dados junto a psicólogas(os) atuantes na área pesquisada, por meio de questionários, entrevistas individuais, grupos focais e rodas de conversa; e a terceira etapa corresponde à sistematização e análise do material coletado por uma comissão composta por profissionais com experiência na temática, resultando na elaboração de uma versão preliminar da Referência Técnica, posteriormente submetida à Consulta Pública para validação e contribuições da categoria profissional.

Elucida-se que a experiência de estágio aqui relatada não se configurou enquanto estágio obrigatório às(aos) alunas(os), entretanto, os princípios e normas presentes na Lei nº 11.788/2008 (Brasil, 2008), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2023), na Nota Técnica CFP nº 31/2024 (CFP, 2024a) e na Resolução CFP nº 5/2025 (CFP, 2025a) balizaram o planejamento, a organização e a realização do estágio. Conforme estabelece a Resolução CFP nº 5/2025 (CFP, 2025a), o estágio obrigatório supervisionado é parte essencial do processo formativo em Psicologia e sua finalidade principal é articular, de forma sistemática e ética, os conhecimentos teóricos com a prática profissional em contextos diversos, permitindo que a(o) estudante se aproprie das competências técnicas, éticas e políticas que caracterizam o exercício profissional da(o) psicóloga(o).

Nesse sentido, o estágio não se restringe à aplicação de técnicas, mas constitui um espaço privilegiado para a construção crítica da identidade profissional, da análise de contextos e da atuação comprometida com os direitos humanos e com a realidade social do país. Ainda segundo a Resolução CFP nº 5/2025 (CFP, 2025a), exige-se acompanhamento ético,

pedagógico e técnico das atividades desenvolvidas, com escuta qualificada das experiências das(os) estagiárias(os), o reconhecimento das condições do campo de estágio, a análise crítica das interfaces entre teoria e prática, e a avaliação contínua do processo formativo. Assim, o estágio pode se tornar um percurso formativo que assegure não apenas o domínio técnico, mas também o compromisso ético-político que deve orientar a atuação da Psicologia em seus múltiplos contextos de inserção social (CFP, 2024a; CFP, 2025a).

Metodologia

Para a construção deste relato de experiência, adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza descritivo-reflexiva, centrada na vivência de estágio supervisionado no Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP). O relato foi estruturado a partir da reflexão crítica do percurso de estágio, com base em registros de atividades, reuniões, supervisões e reflexões pessoais e coletivas realizadas ao longo do processo formativo. Essa sistematização permitiu a articulação entre a prática vivida, o referencial teórico e os marcos normativos que orientam a atuação da Psicologia nas políticas públicas, possibilitando a elaboração de análises que não se limitam à descrição factual, mas que problematizam a experiência à luz de seus aspectos ético-políticos, institucionais e formativos.

A experiência de estágio analisada ocorreu durante o ano de 2024 até o final de julho de 2025. Neste período, três alunas(os) estagiárias(os) atuaram no Crepop sob supervisão e os relatos de experiência contemplados neste artigo foram escritos por duas(dois) dessas(es). A equipe Crepop realizou e participou de reuniões quinzenais e semanais das subcomissões especiais e permanentes, prestando apoio institucional. Os estagiários também realizaram reuniões bimestrais para discussão sobre as experiências vividas no estágio em diferentes

estados. Além disso foram realizadas outras atividades desenvolvidas durante a experiência de estágio, na qual analisada foram divididas em 4 categorias, (a) Referências Técnicas, (b) Assessoria e revisão, (c) Levantamento e mapeamento e (d) Organização de eventos.

Na categoria Referências Técnicas encontram-se todas as atividades vinculados à produção das Referências Técnicas, como a coleta de dados, consultas públicas, organização de eventos de divulgação e processos de lançamentos.

Tabela 1. Atividades desenvolvidas pelas(os) estagiárias(os) do Crepop do CRP SP relacionadas aos Referências Técnicas do Crepop

Tipo de atividade	Título	Data/Periodicidade
Coleta de dados e sistematização de informações	Pesquisa interna sobre atuação de psicólogas(os) nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs) e nos Serviços de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAPs) no Estado de São Paulo	abril a outubro de 2024
Consulta Pública	Referências Técnicas para atuação de Psicólogas em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (CFP, 2025b)	15/04/2024 a 19/05/2024
Consulta Pública	Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua (CFP, 2025c)	05/06/2024 a 19/07/2024
Lançamento	Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) Junto aos Povos Indígenas (segunda edição revisada) (CFP, 2024b)	setembro de 2024

Consulta Pública	Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Quilombolas (CFP, 2025d)	17/09/2024 a 21/10/2024
Lançamento	Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência (segunda edição) (CFP, 2024c)	novembro de 2024
Consulta Pública	Como as psicólogas e os psicólogos podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para gestoras e gestores (CFP, no prelo)	03/02/2025 a 31/03/2025
Lançamento	Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (CFP, 2025b)	Abril de 2025
Consulta Pública	Referências Técnicas para atuação junto às pessoas idosas nas Políticas Públicas (CFP, no prelo)	09/06/2025 a 13/07/2025

A categoria Assessoria e Revisão consiste no processo de auxiliar as comissões na sistematização de informações, assessoramento e revisão das produção de notas orientativas, manuais, guias, cartilhas e cadernos temáticos.

Tabela 2. Atividades desenvolvidas pelas(os) estagiárias(os) do Crepop do CRP SP relacionadas ao processo Assessoria para a produção de documentos e Revisão dos documentos a serem publicados.

Tipo de atividade	Título	Data/Periodicidade
Revisão textual	Manual de Psicologia e Direitos Humanos (Edição 2025) (CRPSP, 2025a)	janeiro a 28/05/2025
Assessoria e revisão	Nota Orientativa do CRP SP CRP06 N° 1/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre Psicologia e possibilidades e limites de atuação diante de demandas relativas aos usuários de maconha (CRPSP, 2025b)	Primeiro trimestre de 2025
Assessoria e revisão	Nota Orientativa do CRP SP CRP06 N° 2/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre considerações éticas e científicas em relação aos psicodélicos na Psicologia (CRPSP, 2025c)	Segundo trimestre de 2025
Assessoria e revisão	Nota Orientativa do CRP SP CRP06 N° 3/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre atuação da Psicologia no combate à discriminação racial às pessoas pretas (CRPSP, 2025d)	Segundo trimestre de 2025

Assessoria e revisão	Nota Orientativa do CRP SP CRP06 N° 4/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre atendimento psicológico das pessoas diagnosticadas ou em processo de diagnóstico do espectro do autismo (CRPSP, 2025e)	Segundo trimestre de 2025
Assessoria e revisão	Nota Orientativa do CRP SP CRP06 N° 8/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre a realização de exame criminológico em relação a resolução 36/2024 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) (CRPSP, 2025f)	Segundo trimestre de 2025
Revisão	Cartilha para Produção de Documentos Escritos Anticapacitistas (CRPSP, 2025g)	maio e junho de 2025

A categoria Levantamento e Mapeamento consiste no processo de levantamento de publicações do sistema conselho (como resoluções, notas orientativas, cadernos temáticos, entre outros) e mapeamento de serviços, além da sistematização dessas informações.

Tabela 3. Atividades desenvolvidas pelas(os) estagiárias(os) do Crepop do CRP SP relacionadas ao processo Levantamento e Mapeamento

Tipo de atividade	Título	Data/Periodicidade
Coleta de dados e sistematização de informações	Levantamento de publicações do Sistema Conselhos sobre as temáticas - Autismo, Educação, Emergências e Desastres, Envelhecimento, Reprodução Humana Assistida, Relações étnico-raciais, Deficiências, Uso de Substâncias, Interfaces com a Justiça e Assistência Social	2024 - 2025
Coleta de dados e sistematização de informações	Pesquisa e mapeamento interno sobre a rede de atenção psicossocial (RAPS)	novembro de 2024 a fevereiro de 2025
Coleta de dados	Manual de Psicologia e Direitos Humanos (Edição 2025)	janeiro a 28/05/2025
Sistematização de informações e revisão	Caderno Temático referente ao Seminário Estadual do Crepop/SP – Referências Técnicas para atuação de Psicólogas/os na Educação Básica. (CRPSP, No prelo)	abril a julho de 2025
Sistematização de informações e revisão	Caderno Temático referente ao Seminário Estadual do Crepop/SP – Referências Técnicas para atuação de Psicólogas/os na Saúde. (CRPSP, No prelo)	abril a julho de 2025
Sistematização de informações e revisão	Caderno Temático referente ao Seminário: Psicologia, direitos humanos e envelhecimento – Contribuições da Psicologia para a construção de políticas públicas inclusivas. (CRPSP, No prelo)	julho de 2025

Coleta de dados e sistematização de informações	Pesquisa e mapeamento interno sobre o CentroPop e Consultório na Rua	julho de 2025
---	--	---------------

A categoria Organização de Eventos consiste no processo de participação de reuniões das subcomissões onde são discutidas a importância de se realizar eventos para abordar determinados temas e assuntos com a categoria, levantamento de informações e contato com possíveis parceiras(os) e convidadas(os).

Tabela 4. Atividades desenvolvidas pelas(os) estagiárias(os) do Crepop do CRP SP relacionadas à organização de eventos.

Tipo de atividade	Título	Data/Periodicidade
Organização de evento nacional sob coordenação do CFP	I Mostra Nacional de Práticas Profissionais “A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje, sempre!”.	25/11/2024 a julho/2025
Organização	Seminário Estadual do Crepop/SP – Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/os na Educação Básica.	janeiro a setembro de 2024
Organização	Seminário Estadual do Crepop/SP - Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) na Saúde.	junho de 2024 a fevereiro de 2025
Organização	Seminário Psicologia, Violência de Estado e Fome: desafios sociais e ambientais na produção de subjetividades	janeiro de 2024 a julho de 2025
Organização	I Congresso de Psicologia Clínica	junho de 2024 a janeiro de 2025

Organização	Seminário Psicologia, direitos humanos e envelhecimento – Contribuições da Psicologia para a construção de políticas públicas inclusivas	março a 24/05/2025
-------------	--	--------------------

Discussão

A(O) estagiária(o) do Crepop dentro do Conselho Regional de Psicologia

A possibilidade de contato e acesso a uma entidade que se dedica à orientação, regulamentação e fiscalização da prática da Psicologia (Brasil, 1971) pode auxiliar a formação e o futuro exercício profissional. O processo de formação está intimamente ligado ao futuro exercício da profissão, permitindo que ocorra uma transformação não apenas teórica, em que se constituem bases teóricas e técnicas, mas subjetiva, em que o estudante constrói sua identidade profissional (Santos, 2017). Nesse sentido, a experiência de estágio se constitui em um campo da experimentação e aprendizagem da prática profissional e acadêmica. Assim, a possibilidade de contato e acesso a uma entidade como o CRP durante a formação pode auxiliar à(ao) estudante complementar a sua formação e ter um início de carreira com maior conhecimento sobre as normativas que regem o exercício profissional e, além disso, acesso a orientações quanto a atuação da Psicologia nos seus mais diversos contextos e dentro de sua multiplicidade epistêmica, e não apenas o modelo clínico tradicional.

Dimenstein (2001) refere que o modelo clínico tradicional da psicoterapia individual no fim da década de 1990 e início dos anos 2000 ainda era a forma mais comum de atuação entre profissionais de Psicologia nos serviços e políticas públicas, e refere ainda que a formação acadêmica falhava em preparar profissionais para intervir de forma contextualizada, articulada e politicamente engajada nos territórios onde atuam.

Os cursos de graduação em Psicologia não estão imunes à lógica de privatizações, às manifestações da conjuntura política brasileira e a seus efeitos diretos e indiretos no ensino superior. Apesar da essencialidade de um ensino que seja crítico da realidade política-econômica-social, tal lógica se revela com a predominância de instituições de ensino superior privadas, fenômeno que mantém uma lógica que se volta ao mercado e ao lucro dessas instituições em detrimento da qualidade do ensino ofertado (Lisboa & Barbosa, 2009). Nesse sentido, o estágio no Crepop do CRP SP, apesar de também inserido nesse mesmo contexto, busca se constituir a partir do contato com a produção e reflexão no campo das políticas públicas, viabilizando uma aproximação dos espaços de discussão, da atuação política e da ação do Conselho e dos demais espaços de exercício, buscando contribuir para o processo formativo enquanto experiência que fomenta a crítica e que se opõe ao desmonte das políticas públicas.

As publicações do sistema Conselhos de Psicologia defendem a importância da intervenção psicológica de forma a promover justiça social, de forma crítica, contextualizada e articulada (CFP, 2005b). A experiência de estagiar no Crepop, possibilita o contato com a diversidade dessas produções realizadas e o contexto da elaboração das mesmas, como as Referências Técnicas e as Notas Orientativas. A partir da integração da equipe Crepop como Coordenadoria de Apoio Técnico às Plenárias e Comissões e das demandas de posicionamento orientativo e político para a categoria sobre diferentes temáticas que baseiam a atuação profissional, o Crepop colaborou no processo de construção, escrita e revisão das Notas Orientativas (*ver tabela 2*). Essa contribuição representou um momento de aprendizado teórico-prático devido ao contato com conteúdos relevantes para a categoria e que representam questões e indagações sobre a condução de uma prática ética diante das demandas da sociedade. Apesar dos momentos de aprendizado pontua-se que houveram desafios, pois em determinados momentos demandas emergentes causaram interferência em atividades previamente planejadas.

Diante disso, a experiência acaba por consolidar para a(o) estudante as orientações para a atuação de psicólogas(os) nos mais diversos contextos. Ao longo do primeiro semestre do ano de 2025, as Comissões Especiais do CRP SP produziram um total de oito Notas Orientativas que visam orientar o exercício profissional em diferentes áreas de atuação, sendo que as(os) estagiárias(os) se envolveram diretamente na produção de cinco destas (ver tabela 2). A revisão das Notas Orientativas do CRP SP CRP06 N° 1/2025 e CRP SP CRP06 N° 2/2025 (CRP SP, 2025b; CRP SP, 2025c) possibilitou uma discussão sobre o uso de substâncias como a maconha e os psicodélicos na prática profissional e as implicações de uma Psicologia comprometida com a perspectiva da redução de danos.

As Notas Orientativas do CRP SP CRP06 N° 3/2025 e CRP SP CRP06 N° 4/2025 (CRP SP, 2025d; CRP SP, 2025e) promoveram reflexões sobre práticas implicadas com a luta antirracista e anticapacitista no contexto dos atendimentos diante de fenômenos de exclusão às pessoas pretas e de pessoas com autismo, além de orientar a categoria sobre o impacto do racismo na saúde mental e levantar discussões sobre a lógica de patologização que circunda as atuais discussões sobre autismo.

No contexto da Psicologia e sua interface com a justiça, a contribuição na Nota Orientativa do CRP SP CRP06 N° 8/2025 (CRP SP, 2025f) instigou reflexões sobre o papel central do código de ética profissional nas práticas profissionais em instituições totais, de forma a preservar a dignidade da pessoa humana e sustentar uma defesa dos direitos humanos.

Questões Ético-políticas da(o) psicóloga(o)

A atuação da Psicologia deve estar sempre atenta às transformações da realidade e às complexidades de sua prática diante do cenário de disputas e construção das políticas públicas. O processo de institucionalização dessas políticas, cuja orientação é a da proteção social, da garantia dos direitos humanos e da atenção às demandas de uma população, quando inserido no

contexto de ações de um Estado de Bem-Estar Social distancia-se dos horizontes da promoção de equidade e se torna caracterizada por uma lógica de ética privada (Oliveira, 2018). O que implica à Psicologia um papel de defesa das práticas democráticas aliada a uma oposição à manutenção das desigualdades sociais, uma vez que a garantia de direitos não coincide com a superação imediata de condições desiguais. Esse fenômeno é visto na esfera da saúde pública em relação à população negra e a construção de políticas que assegurem seus direitos sociais, como a PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Ministério da Saúde, 2009). Essa conquista histórica apresenta como o campo das políticas públicas se constrói no tensionamento entre os movimentos sociais, trabalhadoras(es) e o Estado uma vez que se consolidaram em um processo que enfrentou grande resistência institucional diante das demandas da população e que revelam desafios quando não há uma devida implementação mesmo quando há formalização de uma política (Faustino, 2017). Quando essas políticas são entendidas como consenso, e não como construção contínua - baseadas na coletividade e disputas - podem ser instrumento de ocultamento de desigualdades, de violências e da não garantia de direitos.

Conforme está presente no Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) (CFP, 2005b) a(o) psicóloga(o) deve atuar para a garantia dos direitos das pessoas e ao enfrentamento das múltiplas formas de desigualdade e exclusão social, exigindo uma postura ética-política alinhada com a transformação social. Nesse contexto, é importante pontuar que a garantia desses direitos é uma conquista histórica constantemente ameaçada, o que insere a(o) psicóloga(o) em permanentes disputas sociais e políticas.

É justamente nessa constante disputa que pode existir uma provocação da categoria a rever suas práticas e produzir transformações, como evidenciado na resolução do CFP nº 01/1999 que se tornou um marco na defesa dos direitos da população LGBTQIA+, na Resolução CFP nº 01/2018, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) com

pessoas transexuais e travestis e na CFP nº 018/2002, que estabelece normas de atuação profissional diante à discriminação racial, entre outras.

Dessa forma a Psicologia procura caminhar lado a lado na defesa e ampliação da garantia de direitos sociais, da construção de uma Psicologia com compromisso ético-político e na transformação social (Guareschi, Guedes & Castelluccio, 2024), considerando a pessoa como um ser sócio-histórico-cultural.

A vivência de estágio em contextos como o CREPOP aprofunda a compreensão do papel ético-político da Psicologia nas políticas públicas. As(Os) estagiárias(os) participam ativamente da sistematização das escutas realizadas durante as Consultas Públicas, da análise das práticas compartilhadas por profissionais colaboradoras(es) e do acompanhamento dos desdobramentos decorrentes dessas contribuições na construção coletiva das Referências Técnicas. Esse processo propicia o contato direto com psicólogas(os) atuantes nos serviços públicos, permitindo o acesso a relatos de experiências, debates e reflexões sobre a funcionalidade dos equipamentos, os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e outros elementos que atravessam a prática profissional. Um exemplo marcante dessa vivência se deu nas Consultas Públicas das Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência (CFP, 2024c) e nas políticas públicas de direitos sexuais e reprodutivos (CFP, 2025b). Nesses espaços, profissionais destacaram questões cruciais para a atuação, tanto nos atendimentos quanto na gestão dos serviços: a importância do trabalho multidisciplinar, a necessidade de desconstruir estigmas que afetam a percepção de usuárias(os) e profissionais, e a valorização de práticas de apoio que garantam o acesso a direitos, o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e a escuta qualificada como ferramenta de aprimoramento dos serviços. Assim, o estágio no CREPOP configura-se como uma experiência que vai além da observação, promovendo a inserção ativa das(os) estudantes na produção coletiva de saberes e no fortalecimento de uma Psicologia implicada com a realidade social

brasileira. Outra iniciativa do CREPOP que contribuiu para a aproximação com a prática profissional foi a I Mostra Nacional de Práticas Profissionais “A Psicologia na luta pelo cuidado em liberdade: ontem, hoje, sempre!” da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a qual proporcionou às(aos) estagiárias(os) o contato com diversas experiências de cuidado desenvolvidas no âmbito da RAPS, favorecendo a reflexão crítica e o contato com projetos e ações de exercício profissional significativas.

Assim como as Consultas Públicas, a participação na subcomissão de autismo representou um outro espaço de escuta, que além de abordar os pontos citados anteriormente também traz discussões teóricas e articulações com outros conselhos de classe, permitindo uma leitura multidisciplinar sobre as práticas profissionais.

Além disso, alguns profissionais também trazem insegurança sobre a atuação nas políticas públicas, expressando a importância do trabalho orientativo do conselho (ressaltando principalmente as notas técnicas, orientativas e as Referências Técnicas do Crepop). Assenheimer e Pegoraro (2019) refletem que alguns profissionais não se sentem capacitados para a atuação no serviço, propondo reflexões sobre como isso se relaciona com o processo de formação em Psicologia. A pertinência desses espaços de escuta da categoria indica a relevância da ampliação de momentos para o diálogo. Essas interações possibilitam às(aos) estagiárias(os) do Crepop a aproximação com diversas áreas que nunca tiveram contato, possibilitando a ampliação do olhar sobre o papel da Psicologia e questões ético-políticas da profissão, principalmente no âmbito das políticas públicas.

É relevante apontar que há espaços democráticos de escuta da categoria sobre questões ético-políticas no CRP SP, como nos seminários, mesas de debate, congressos de Psicologia e outros eventos que têm como objetivo a reflexão sobre as práticas da profissão e a orientação profissional. Entretanto, ao comparar com as experiências descritas anteriormente, observa-se uma participação mais restrita das(os) estagiárias(os) na organização desses eventos. As(Os)

estagiárias(os) participaram, principalmente, no levantamento de informações e nas estratégias para divulgação. Considera-se que a legitimação de uma participação mais ativa dos estagiários nesses eventos possa contribuir de forma mais significativa para o processo de formação profissional destes.

Orientação profissional

Conforme a Lei nº 5.766/1971 (Brasil, 1971) o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais têm como objetivo a fiscalização, orientação e disciplinarização do exercício profissional, utilizando instrumentos como a publicação de resoluções que regulam a prática profissional, elaboração de notas técnicas e orientativas, das Referências Técnicas do Crepop, Cadernos Temáticos assim como na idealização de eventos, como rodas de conversa, seminários e congressos, orientações realizadas presencialmente nas Subsedes, atendimento telefônico, correspondência por e-mail ou mesmo a orientação por convocação (CFP, 2017).

O contato com publicações de caráter orientativo — como Notas Técnicas, Notas Orientativas, guias, cartilhas, manuais e, especialmente, as Referências Técnicas do Crepop — constitui um aspecto central da experiência de estágio no Crepop. Essa vivência contribui significativamente para a apropriação e compreensão da dimensão ética do exercício profissional da Psicologia, sobretudo no âmbito das políticas públicas, ampliando criticamente a formação da(o) estagiária(o). Tais produções têm como objetivo orientar a categoria sobre temas que atravessam a prática profissional, promovendo espaços reflexivos que estimulam o diálogo sobre o compromisso ético-político da atuação psicológica.

Além do aprofundamento em torno das questões éticas e técnicas da profissão, o estágio também possibilita o desenvolvimento de uma visão ampliada sobre a dinâmica organizacional do Conselho. Isso inclui a participação em debates de ideias, a compreensão de fluxos e processos burocráticos, e o acompanhamento das etapas de planejamento e execução das

atividades institucionais, de eventos como seminários e mesas de debate, favorecendo uma leitura crítica e contextualizada das decisões e estratégias adotadas.

Destaca-se ainda o papel formativo da convivência entre estagiárias(os), que se revelou extremamente enriquecedora. A troca de experiências, o compartilhamento de dúvidas e angústias do processo de formação, bem como a circulação de diferentes perspectivas e saberes, contribuíram para a construção de uma identidade profissional mais robusta e implicada (Santos & Nóbrega, 2017). Essa valorização do papel da(o) estagiária(o) refletiu-se, inclusive, no reconhecimento simbólico de sua participação, com a inclusão de seus nomes nas Referências Técnicas publicadas, reforçando o caráter colaborativo e formativo da Rede Crepop.

Supervisão de estágio

A experiência de supervisão de estágio no Crepop do CRP SP tem se mostrado uma prática formativa não apenas para as(os) estagiárias(os), mas também para quem acompanha e orienta esse percurso. O estágio, ao se desenvolver em um espaço institucional com forte compromisso ético-político, convoca o exercício da supervisão para além de um acompanhamento técnico: trata-se de sustentar um espaço de escuta, elaboração conjunta e mediação entre as demandas institucionais, os processos subjetivos próprios da construção da identidade profissional e de entraves institucionais que possam dificultar a atuação e aprendizagem da(o) estagiária(o).

No cotidiano do Crepop, um dos momentos mais potentes de formação ocorre durante a realização das Consultas Públicas. A supervisão nesse processo exige não apenas apresentar os fundamentos metodológicos das pesquisas da Rede Crepop (CFP, 2022), mas também sustentar o debate crítico fomentado tanto pelas(os) psicólogas(os) que contribuíram nas consultas realizadas, como também pela leitura da versão preliminar da referência técnica à

qual o processo de consulta pública está aberto, que é elaborado pelo CFP e colaboradores *ad hoc*.

Outro aspecto importante da supervisão se deu durante os processos de revisão das Notas Orientativas elaboradas pelas Comissões Especiais do CRP SP. Ao envolver estagiárias(os) nessa tarefa, buscou-se apresentar não apenas as resoluções e outras produções do Sistema Conselhos de Psicologia, mas também o modo como eles são construídos em diálogo com os princípios ético-políticos da Psicologia. A análise conjunta de versões preliminares das notas, a discussão dos termos utilizados, a atenção às interseccionalidades e às implicações práticas de cada diretriz fortalecem a capacidade crítica da(o) estagiária(o).

Por fim, a participação das(os) estagiárias(os) nas reuniões das Comissões Especiais constitui uma oportunidade de acompanhar e participar de discussões estratégicas, escutam diferentes posicionamentos, observam os modos de deliberação coletiva e reconhecem os atravessamentos políticos que incidem sobre o exercício da Psicologia. A supervisão, nesse contexto, visa promover uma leitura crítica e situada da atuação das comissões, incentivando a articulação entre o vivido nas reuniões e os referenciais teóricos e normativos.

O processo de supervisão no Crepop, portanto, é exercer um papel de mediação entre a prática institucional e o processo formativo, cuidando para que o estágio seja uma experiência viva de implicação com a Psicologia como projeto ético, político e social. Trata-se de sustentar o vínculo com a singularidade de cada estagiária(o), ao mesmo tempo em que se aposta na potência coletiva que emerge do compartilhamento de experiências e saberes no interior da estrutura do Conselho.

Considerações finais

A experiência de estágio no Crepop dentro do CPR SP se configura como um espaço privilegiado de formação crítica e de aproximação com os fundamentos ético-políticos da

Psicologia. Nessa experiência é possível compreender o papel orientativo, normativo e político do Sistema Conselhos, não apenas no que tange à regulamentação da profissão, mas, sobretudo, diante das complexidades relacionadas à atuação profissional nas políticas públicas. O estágio reafirma a importância de uma formação que ultrapasse os limites do que é visto na graduação, abrindo espaço para que a(o) psicóloga(o) em formação compreenda seu papel enquanto pessoa política, capaz de intervir de maneira crítica e transformadora nos espaços em que atua.

No entanto, a experiência também revelou oportunidades de aprimoramento. Sugere-se que sejam ampliados os espaços de participação ativa das(os) estagiárias(os) em eventos formativos e nas atividades públicas promovidas pelo CRP SP, incentivando maior protagonismo e visibilidade de suas contribuições.

Além disso, a troca entre estagiárias(os), a participação em comissões e a vivência nos bastidores da estrutura organizacional do CRP permitiram compreender a complexidade do funcionamento institucional, seus desafios e suas estratégias de ação frente ao contexto social e político. Tais experiências ampliaram o olhar sobre o campo da Psicologia para além do modelo clínico tradicional, reafirmando a potência da profissão e reforçando que a participação das(os) estagiárias(os) deve ser constantemente incentivada, possibilitando a aproximação com outros setores do conselho, com diferentes atuações da Psicologia e reforçando a participação em atividades que envolva contato com outros profissionais.

Referências Bibliográficas

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Lane, S. T. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*, 11, 17-34.

Bock, A. M. B., Rosa, E. Z., Amaral, M. M., Ferreira, M. R., & Gonçalves, M. da G. M.. (2022). O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 42(spe), e262989. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262989>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2005a). Banco social de serviços: relatório final. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/DVC_relatorio_final.pdf

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2004). Caderno de Deliberações do V Congresso Nacional da Psicologia: Protagonismo Social da Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/12/relatorio_vcnop.pdf

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2022). RESOLUÇÃO Nº 14, DE 07 DE JULHO DE 2022. Institui e regulamenta o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e a Rede CREPOP como espaço de operacionalização das ações do CREPOP. *Diário Oficial da União*, Brasília. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-14-2022-institui-e-regulamenta-o-centro-de-referencia-tecnica-em-psicologia-e-politicas-publicas-crepop-e-a-rede-crepop-como-espaco-de-operacionalizacao-das-acoes-do-crepop?origin=instituicao&q=14>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2023). RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE MARÇO DE 2023. Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região. *Diário Oficial da União*, Brasília. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-5-2023-aprova-o-regimento-interno-do-conselho-regional-de-psicologia-de-sao-paulo-6a-regiao?origin=instituicao&q=05/2023>

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (2008). LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2023). RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. *Diário Oficial da União*, Brasília. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-outubro-de-2023-518120795>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2024a). NOTA TÉCNICA CFP Nº 31/2024. Orientar a categoria de profissionais da Psicologia sobre o acompanhamento de estágios obrigatórios

supervisionados na graduação e o profissional preceptor. Brasília. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/12/nota-tecnica-cfp-n-31-2024.pdf>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2025a). RESOLUÇÃO Nº 5, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2025. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e psicólogos no exercício profissional da orientação, supervisão e coordenação de estágio em Psicologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-5-de-3-de-fevereiro-de-2025-613444532>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2025b). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Brasília. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/04/RT_direitos_sexuais_WEB.pdf

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2025c). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas para a População em Situação de Rua. Brasília. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/RT_Pop_Rua_web-1.pdf

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2024b). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) Junto aos Povos Indígenas (Segunda edição revisada). Brasília. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/09/crepop_indigenas_revisada_2024_2ed.pdf

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2025d). Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Quilombolas. Brasília. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/RT_quilombola_WEB.pdf

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2024c). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no atendimento às mulheres em situação de violência (2ª edição). Brasília. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/11/RT_Mulheres_web-1.pdf

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (No preloC). Como as psicólogas e os psicólogos podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para gestoras e gestores. Brasília.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (No preloD). Referências Técnicas para atuação junto às pessoas idosas nas Políticas Públicas. Brasília.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (2025a). Manual de Psicologia e Direitos Humanos. São Paulo. <https://www.crpssp.org/uploads/impresso/355512/t4qlq13m85I8Rhtsd38hy5LyGx71VByR.pdf>

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (2025b). Nota Orientativa do CRP SP CRP06 Nº 1/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre Psicologia e possibilidades e limites de atuação diante de demandas relativas aos usuários de maconha. São Paulo. <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2025/03/Nota-Orientativa.pdf>

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (2025c). Nota Orientativa do CRP SP CRP06 Nº 2/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre considerações éticas e científicas em relação aos psicodélicos na Psicologia. São Paulo. https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2025/05/SEI_CFP-2171723-Nota-Orientativa-2-Psicodelicos-assinada.pdf

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (2025d). Nota Orientativa do CRP SP CRP06 Nº 3/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre atuação

da Psicologia no combate à discriminação racial às pessoas pretas. São Paulo. https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2025/05/SEI_CFP-2171732-Nota-Orientativa-3-Discriminacao-Racial-as-Pessoas-Pretas.pdf

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (2025e). Nota Orientativa do CRP SP CRP06 N° 4/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre atendimento psicológico das pessoas diagnosticadas ou em processo de diagnóstico do espectro do autismo. São Paulo. https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2025/05/SEI_CFP-2171723-Nota-Orientativa-4-TEA.pdf

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (2025f) Nota Orientativa do CRP SP CRP06 N° 8/2025. Orienta a categoria de profissionais da Psicologia sobre a realização de exame criminológico em relação a resolução 36/2024 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). São Paulo. <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/nota-orientativa-do-crp-sp-crp06-no-8-2025/>

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (2025g). Cartilha para Produção de Documentos Escritos Anticapacitistas. São Paulo. https://www.crpssp.org/uploads/impresso/355567/Zdhh0EXfBPAAVnceocek7GULLxRY_9ES.pdf

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (No preloE) Caderno Temático referente ao Seminário Estadual do Crepop/SP – Referências Técnicas para atuação de Psicólogas/os na Educação Básica. São Paulo.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (No preloF) Caderno Temático referente ao Seminário Estadual do Crepop/SP – Referências Técnicas para atuação de Psicólogas/os na Saúde. São Paulo.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região (CRPSP). (No preloG) Caderno Temático referente ao Seminário: Psicologia, direitos humanos e envelhecimento – Contribuições da psicologia para a construção de políticas públicas inclusivas. São Paulo.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. (1971). LEI No 5.766, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm

Santos, L. N. (2017). O compromisso social da psicologia: um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico [Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20760/2/Luane%20Neves%20Santos.pdf>

Dimenstein, M. (2001). O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 57-63. <https://www.scielo.br/j/pe/a/ssBKbycz5cW5RxXmNs5RcXv/?format=pdf&lang=pt>

Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. G.. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 29(4), 718–737. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400006>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2005b). RESOLUÇÃO CFP N° 010/05. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. *Diário Oficial da União*, Brasília. <https://www.crpssp.org/uploads/pagina/289379/2j9LIMPLJ9jFr5YrK57HmAiBWjVMxdbe.pdf>

Oliveira, B. B. de. (2018). A memória política como instrumento de ação pública e reconhecimento intersubjetivo. *Revista Psicologia Política*, 18(41), 55-68. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000100005&lng=pt&tlng=pt.

Ministério da Saúde. (2009). Portaria N° 992, DE 13 DE MAIO DE 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. *Diário Oficial da União*, Brasília. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html

Faustino, D. M. (2017). A universalização dos direitos e a promoção da equidade: o caso da saúde da população negra. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(12), 3831–3840. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.25292017>

Conselho Federal de Psicogia (CFP). (1999). RESOLUÇÃO N° 001/99, DE 22 DE MARÇO DE 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. *Diário Oficial da União*, Brasília. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

Conselho Federal de Psicogia (CFP). (2018). RESOLUÇÃO N° 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. *Diário Oficial da União*, Brasília. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

Conselho Federal de Psicogia (CFP). (2002) RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002 Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. *Diário Oficial da União*, Brasília. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF

Guareschi, N. M. F., Guedes, C. P., & Castelluccio, M. C. (2024). CREPOP: Políticas Públicas, Direitos Humanos e Compromisso Social da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44 (n.spel), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003287269>

Assenheimer, S., & Pegoraro, R. F. (2019). Práticas desenvolvidas por psicólogos em serviços de atenção psicossocial: revisão de literatura. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(3), 139-155. <https://doi.org/10.20435/pssa.v0i0.652>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2017). RESOLUÇÃO CFP N.º 010 /2017. Institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia. *Diário Oficial da União*, Brasília. <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/10/2017/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-010-2017-Politica-de-Orienta%C3%A7%C3%A3o-e-Fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-Conselhos.pdf>

Santos, A. C. dos. & Nóbrega, D. O. da. (2017). Dores e Delícias em ser Estagiária: o Estágio na Formação em Psicologia. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 37(2), 515–528. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6cGHYvPWPpvfdKCWmGNpVSm/?format=pdf&lang=pt>